

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

**A Psicanálise e o Luto:
contribuições da teoria psicanalítica para
a compreensão do luto infantil**

Autora: Ana Carolina Diaz

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

ANA CAROLINA DIAZ

A Psicanálise e o Luto:
contribuições da teoria psicanalítica para
a compreensão do luto infantil

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de
psicologia da Faculdade de
Ciências Humanas e da Saúde
da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como
exigência para obtenção do
título de Psicólogo sob
orientação da Profa. Célia
Maria de Souza Terra

PUC/SP
São Paulo
2009

Agradecimentos

Agradeço imensamente aos meus pais por me ajudarem a trilhar meus sonhos e principalmente por acreditar neles. Algumas vezes trilharam ali ao meu lado me dando a mão e tantas outras observando e me dando a certeza de que estão ali olhando e torcendo por mim. Obrigada pela comemoração de cada sucesso e pela apoio em alguns tropeços.

Ao meu irmão que representa o imenso amor que se pode ter pelo outro, percepção esta tão importante para minha profissão. Obrigada pela sua forma de encarar a vida e me ensinar que nada é tão grave assim, nem tão definitivo.

Ao meu namorado, companheiro presente e constante durante todo esse processo e durante a construção deste trabalho. Obrigada pelo carinho e pela delicadeza.

A minhas amigas da faculdade por tornar esses cinco anos mais leves e muito mais divertidos. Obrigada pelas conversas, pelas risadas, pelos choros, pelos colos.

A Chu por todos os seus ensinamentos, pelas oportunidades e pela amizade. É ela a grande responsável pelo meu amor a minha profissão e ao estudo da psicanálise. Muito obrigada pela oportunidade de ser parte de uma equipe tão especial, a participação na monitoria está presente em cada linha deste trabalho. E ainda obrigado pelas conversas, pelos chás e pela dedicação.

A Faculdade de Psicologia que me permitiu experienciar todo o processo de começar a ser “gente grande”.

Sumário

<u>1. Introdução</u>	5
<u>2. A Morte</u>	9
<u>3. Luto e psicanálise</u>	16
3.1 O trabalho do luto segundo Klein.....	19
3.2 O trabalho de luto segundo Winnicott.....	22
<u>4. Luto na Infância</u>	33
4.1 Como a criança compreende a morte?.....	33
4.2 A criança é capaz de enlutar-se?	37
4.3 Como acontece o trabalho de luto na criança?	40
4.4 O luto infantil em uma produção cultural	47
<u>Referências Bibliográficas</u>	55

ANA CAROLINA DIAZ - A psicanálise e o Luto: contribuições da teoria psicanalítica para a compreensão do luto infantil

Orientadora: Célia Maria de Souza Terra

Resumo

Este estudo teórico teve por objetivo investigar as contribuições que a teoria psicanalítica tem a acrescentar para o entendimento do luto infantil. Tal estudo teve como método a revisão bibliográfica dos principais autores da psicanálise tais como Freud, Klein e Winnicott. A partir do entendimento de como esses autores conceituam o processo de luto pretendeu-se construir uma outra forma de compreender os questionamentos presentes na controversa área de estudo do luto infantil. Foi possível concluir que as crianças são capazes de entender a morte muito precocemente e que experiências de perda podem acelerar essa compreensão. Já a capacidade de elaboração da perda do objeto só é possível uma vez que a criança já possua uma percepção egóica de objeto e uma capacidade do mesmo de estabelecer relações com esse objeto. O processo de elaboração da perda do objeto na infância se dará na área de experimentação entre realidade e fantasia, onde é possível perder o objeto sem perdê-lo através do processo de reconstrução do objeto interno.

Palavras-chave: luto infantil, psicanálise, morte

1. Introdução

Cada ser humano é peça única no catálogo da sua espécie. No entanto, apesar de toda a especificidade desse ser, existe um evento que será universal a todos e que permite a cada um significar e ressignificar a vida: a morte. Esse acontecimento apesar de inevitável mobiliza diversas ações humanas para postergá-lo, controlá-lo, ou até mesmo esquecê-lo.

Os seres humanos são a única espécie a acompanhar a morte com um ritual funerário, e a crer na sobrevivência ou no renascimento dos mortos e para a qual a morte esta presente ao longo de toda a vida. A consciência e a recusa da morte caracterizam o ser humano diferenciando-o dos animais; a dor, e o medo da morte tem um denominador comum: o aniquilamento do ser. A morte inevitavelmente traz desconforto pois coloca o ser humano frente à sua impotência. (Morin, 1997)

No entanto a morte pode ser também um momento de transformação. Uma vez que a perda pode ser compreendida pelo ser humano lições podem ser retiradas dessa experiência. Sentir, chorar e compreender a morte permite a cada sujeito utilizar essa experiência como algo sadio que ao final resultará em um sujeito transformado. (Morin,1997)

O processo de elaboração de uma perda, o luto, é longo e trabalhoso. É durante este processo que, indispensavelmente, o sujeito vivência a dor da perda. Mas é também durante este processo que o sujeito construirá uma nova identidade. Uma vez que um conjunto de concepções sobre o mundo não fazem mais sentido, já que foram construídos, validados e confirmados pela presença do objeto perdido, agora devem ser atualizadas e adaptadas para se adequarem a nova realidade. (Parkes, 1998).

Perder um objeto de amor implica a necessidade de adaptação de viver sem ele, e, para a criança, a perda de um dos pais, de um irmão, ou de alguém

que seja objeto de investimento afetivo, como um dos avós pode influenciar em alguns aspectos no transcorrer de seu desenvolvimento. Estas influências podem ser tanto no convívio social, na relação com os outros, na forma de lidar com a vida, na parte emocional e afetiva, na fragilidade para lidar com assuntos delicados, em sua aprendizagem escolar, entre outros.

Falar sobre a morte para uma criança implica que o adulto defronte-se com sua própria finitude, seus medos e suas ansiedades em relação à morte e ao morrer (Torres, 2002).

Diante desse cenário de mal estar do ser humano frente à finitude, a morte e o luto foram, durante toda minha formação, assunto de muito interesse de minha parte. Dessa forma, esses temas foram alvo de um maior investimento para aprofundar meus conhecimentos sobre eles. Quanto mais estudava o assunto percebia o quanto estes temas são consideravelmente novos no país e quanto ainda há por se fazer nessa área. Em 2006 conheci a instituto “Quatro Estações”, centro de referência no estudo de luto. A partir de congressos, cursos e simpósios foi possível conhecer melhor o trabalho psicológico realizado com pessoas enlutadas, e dentro desse, a dificuldade dos psicólogos frente às crianças enlutadas.

Também durante minha formação acadêmica o interesse sobre a teoria psicanalítica se sobressaia em relação às outras. Por esta razão, durante os anos de formação investi de diversas formas para conhecer mais profundamente esta linha teórica que possui como pai Sigmund Freud. Dentro da teoria psicanalítica o estudo sobre crianças me chamava mais atenção. Tenho grande interesse em estudar como se dá o desenvolvimento da subjetividade infantil e como nesta fase são essenciais trabalhos de prevenção para patologias da vida adulta.

Desta forma resolvi em meu trabalho de conclusão de curso unir essas duas áreas de interesse e estudar como a psicanálise, mais especificamente a psicanálise da escola inglesa, tem a contribuir para o entendimento e trabalho da criança enlutada. Tal plano de estudo surgiu uma vez que grande parte

das pesquisas realizadas utiliza como base teórica a teoria desenvolvida por Bowlby sobre apego, separação e perda. No entanto, uma teoria que estuda tão profundamente a constituição do psiquismo infantil e seus desdobramentos na vida adulta, como a psicanálise, possivelmente deve ter muito a contribuir para o entendimento de uma experiência tão delicada como a perda na infância.

Desta forma o presente trabalho tem como objetivo entender o que a teoria psicanalítica pode agregar no conhecimento sobre o luto infantil, permitindo um outro olhar para as inúmeras controvérsias que existem nesse campo de estudo. Para alcança tal objetivo a pesquisa possui três capítulos teóricos.

No primeiro capítulo intitulado “A Morte” pretendo demonstrar a partir de uma trajetória histórica como a finitude se transforma, na sociedade acidental, em algo a ser combatido e temido. Ao longo deste capítulo é possível perceber como o morrer deixa de ser natural para o sujeito; e então para combater o inevitável será necessário a construção de uma série de ferramentas psíquicas afim de aplacar a angústia gerada pela morte. Para construção deste capítulo os autores Áries e Kovács foram os grandes pilares, já que possuem uma ampla construção teórica nesta área.

No segundo capítulo pretendo, a partir de uma revisão bibliográfica, compreender como a psicanálise entende o processo de luto. Durante esse capítulo o leitor poderá acompanhar como o luto é entendido nesta teoria como um trabalho do ego. Trabalho esse que segundo Freud (1917) é natural e necessário para a elaboração da perda de um objeto de amor. De acordo com essa afirmação é proposital que neste capítulo não seja conceituado nenhum tipo de luto patológico. Isso porque em vários artigos lidos sobre o luto para a psicanálise foi possível perceber que o autores conceituam o luto a partir de uma comparação com o luto patológico. No entanto se este processo de trabalho do ego é algo natural e esperado a partir da perda de um objeto, sua conceituação pode ser feita sem, necessariamente, compará-lo ao não natural.

Finalmente no terceiro capítulo pretendo discutir como a psicanálise tem a contribuir no entendimento do luto infantil a partir dos principais questionamentos feitos nesta área de investigação. Ou seja, é a partir das controvérsias sobre o luto infantil que introduzirei como a teoria psicanalítica pode fornecer uma outra forma de olhar para essas questões.

Há ainda um quarto capítulo que tem por objetivo ilustrar, através de uma produção cultural, todo o processo de elaboração do luto infantil descrito nos capítulos anteriores. E também demonstrar que este processo é algo passível de observação empírica uma vez Watterson, autor das tirinhas de Calvin e Hobbes não possui formação psicanalítica nem acadêmica psicológica.

Todo esse trabalho foi construído a partir de um levantamento bibliográfico de três importantes autores da psicanálise: Freud, Melanie Klein e Winnicott. Entendo que não é possível realizar um trabalho embasado na teoria psicanalítica sem utilizar aquele que construiu toda essa teoria, Sigmund Freud. Já Klein e Winnicott foram escolhidos pois entendo que a psicanálise da criança tem como fundadores esses dois autores e por isso são indispensáveis para o entendimento do que acontece com a criança quando esta perde um objeto de amor.

Entendo que este é somente um trabalho de conclusão de curso e que muito ainda deve ser pesquisado sobre este assunto. Mas pretendo neste estudo realizar algumas contribuições para o entendimento do luto infantil a fim de possibilitar um maior entendimento sobre o assunto e assim gerar, futuramente, ferramentas para um melhor trabalho terapêutico com essas crianças.

2. A Morte

A morte tem papel fundamental na organização social. Segundo Kóvacs (2002), a sociedade é organizada pela morte, com a morte e na morte; apesar de funcionar contra ela. A autora ainda afirma que a morte faz parte do cotidiano do ser humano, é algo concreto e fundamental. Na espécie humana a morte está presente durante toda a vida e se faz acompanhar de ritos. Qualquer grupo, mesmo os mais primitivos, não abandona seus mortos. A crença na imortalidade sempre acompanhou o homem.

De acordo com Meltzer (1984), a morte é entendida atualmente como o inimigo que os vivos passam suas vidas tentando superar e derrotar para sempre. No entanto esta forma de entender a morte e o morrer nem sempre foi algo ameaçador para as organizações humanas.

De acordo com Áries (1977) e seus estudos sobre a história da morte no ocidente, a morte nem sempre foi amedrontadora. Segundo o autor, durante todo o período medieval a morte é “domada”. O autor se utiliza do termo domada para diferenciar da forma selvagem que a morte tomou atualmente. O ser humano possuía atitude bastante familiar e próxima com a morte. Esta era esperada no leito, acompanhada de uma cerimônia pública organizada pelo próprio moribundo, onde as crianças estavam sempre presentes. Todos os ritos de morte eram realizados de modo cerimonial, mas sem nenhum caráter dramático nem gestos de emoção excessivos. A morte era admitida por todos de forma tranqüila.

Apesar da familiaridade com o morrer, os homens da época temiam a proximidade com os mortos e os mantinha a distância. Todos os cultos funerários eram realizados, a fim de, impedir que os mortos voltassem para perturbar os vivos, e eram levados para fora dos vilarejos. Com o cristianismo os mortos adentraram os muros das cidades. Os mortos eram confiados à igreja, mas pouco importava a destinação dos ossos dos mortos, contanto que esses permanecessem dentro dos limites sagrados. Os ossos que afloravam na superfície dos cemitérios não impressionavam os vivos. Estes

estavam tão familiarizados com os mortos quanto com a sua própria morte. A cena de Hamlet com o crânio no cemitério ilustra essa familiaridade.

Nesse período a morte era entendida como parte da ordem da natureza, como uma lei da espécie, e como tal, não deveria ser evitada nem exaltada.

A idéia do morrer como momento de julgamento e condenação também não existia. Até o século XI, se entendia que os mortos dormiriam à espera do juízo final, que marcaria o final dos tempos.

A partir do século XII a cena começa a sofrer transformações. O morrer começa a ser entendido como um momento de avaliação da alma. A idéia de juízo prevalece sendo representada por uma corte de justiça, onde Cristo – juiz julga cada ser humano segundo o “balanço de sua vida”.

A crença de uma vida além da morte, que não necessariamente até a eternidade infinita, mas que proveria uma conexão entre a morte e final dos tempos, se intensificam. No entanto, a idéia da morte como espera mergulhada no sono profundo vai dando lugar a imagens de uma vida pós morte passível de sofrimento, caso a alma do sujeito tenha sido condenada no momento do julgamento.

Com essas mudanças de paradigma sobre a morte, que se inicia no século XII e torna-se definitiva no século XV, transforma-se também a crença sobre as circunstâncias da morte. Até então, como já descrito, o morrer acontecia no leito do moribundo como um rito apaziguante, que solenizava a passagem necessária.

Com a noção de julgamento no momento da morte, a sociedade passa a entender que a atitude de cada sujeito nesse momento atribuiria a conclusão de sua biografia, daria sentido definitivo à toda vida do sujeito. Ou seja, uma boa morte poderia resgatar todos os erros cometidos em vida pelo sujeito. Nesse período exalta-se a importância moral na conduta do moribundo e nas

circunstâncias da sua morte. É possível perceber um movimento social onde se ocupa menos com a própria morte e exalta-se a morte do outro.

Principalmente a partir do século XVIII, o homem ocidental atribui um novo sentido à morte. Exalta-a, dramatiza-a, e até deseja-a impressionante e arrebatadora. Nesse período a morte foi nomeada como “morte romântica”. A partir do século XVII é possível identificar uma série de temas da morte carregados de um sentido erótico. Na arte e na literatura do século XVIII uma série de cenas associam a morte ao amor, Tanatos a Eros.

“Como o ato sexual, a morte é, a partir de então, cada vez mais acentuadamente considerada como uma transgressão que arrebatava o homem de sua vida cotidiana, de sua sociedade racional, de seu trabalho monótono, para submetê-lo a um paroxismo e lançá-lo, então, em um mundo irracional, violento e cruel. Como o ato sexual, a morte é uma ruptura” (Áries, 1977 – página 65)

Essa paixão arrebatou também as cerimônias de morte. A Assistência a esses ritos é agitada pela emoção, pelo choro, pela súplica e pelos gestos. Pela primeira vez se manifesta a intolerância à separação que a morte obriga.

O luto que até então possuía dupla finalidade também sofre transformação. Do fim da idade média até o século XVIII, o luto tinha por finalidades: induzir os familiares a manifestar durante certo tempo, uma dor que nem sempre se manifestava; e defender os sobreviventes contra os excessos da dor. Isso porque nesse período se impunha aos familiares, um certo tipo de vida social que permitiam que a dor fosse expressa sem que se ultrapassasse um limite fixado pelas conveniências.

A partir do século XIX os limites de expressão da dor não são mais respeitados. Inicia-se a época dos lutos histéricos. Esse exagero possui um

significado, os sobreviventes aceitam com mais dificuldade a morte do outro do que faziam anteriormente. A morte temida passa a ser a morte do outro.

Desde a alta Idade Média até metade do século XIX, a atitude diante da morte mudou, porém de forma tão lenta que os contemporâneos não se davam conta. O século XX traz transformações brutais de idéias.

A partir desse século, a morte é vergonhosa, algo a ser escondido. A morte tão presente no passado, tão familiar, vai se apagar e desaparecer. Torna-se objeto de interdição e de vergonha.

A morte deixa de ser natural e passa a ser encarada como um fracasso, como a materialização da impotência humana frente ao arrebatador tempo. A medicalização que triunfa neste século está a serviço desse raciocínio. Deve-se manter a doença e a morte na ignorância e no silêncio.

“A sociedade atual expulsou a morte para proteger a vida. Não há mais sinais de que a morte ocorre. O grande valor do século é dar a impressão de que “nada mudou”, a morte não deve ser percebida.” (Kovács, 2002 – página 39)

Atualmente, a boa morte é aquela que acontece repentinamente, aquela não percebida pelo moribundo. Morte essa que era a mais temida na Antiguidade. A morte do século XX também é entendida como suja e inconveniente. Isso porque, a decomposição do corpo que acontecia somente após a morte, passa a ocorrer antes dela, devido às doenças longas e degenerativas. (Áries, 1977)

O local da morte também muda. Não se morre mais no próprio leito, como acontecia até o século XIX. O local da morte agora é o hospital e seus donos são os médicos.

Segundo Kovács (2002), a morte foi dividida por “seus donos”. Podendo ser cerebral, biológica e celular. São vários os aparelhos para prolongar a vida, e por isso, o momento da morte é, muitas vezes, um acordo entre a família e o médico. Esse acontecimento perde o caráter de um momento de separação entre o corpo e a alma, já que atualmente o tempo de morrer pode ser prolongado indefinidamente.

Percebe-se também que nessas transformações o sujeito, muitas vezes, não possui qualquer responsabilidade sobre seu próprio morrer. É a equipe técnica do hospital que determina esse momento, algumas vezes, com a participação da família.

Segundo Kovács (2002), a sociedade ocidental do século XX insiste no caráter acidental da morte. O morrer perde o caráter de parte do processo vital. É sempre um assombro, um acidente, uma doença inesperada ou até uma velhice adiantada.

Nessa lógica o luto passa a ser suprimido, escondem-se as manifestações e vivências da dor. As manifestações aparentes de luto são condenadas e desaparecem. Segundo Áries (1977), uma dor demasiada visível inspira repugnância e não mais pena. É um sinal de perturbação mental, ou de má educação, é mórbida. O luto solitário e envergonhado é o único recurso.

Ainda segundo Áries, a atual sociedade está calcada na necessidade de felicidade. É uma obrigação social contribuir para a felicidade coletiva, evitando toda causa de tristeza. No entanto, este novo valor social é tão frágil que qualquer demonstração de tristeza pode colocar a felicidade em questão e a sociedade pode perder sua razão de ser.

Todas essas características que marcam a relação da sociedade com o morrer são formas de proteção produzidas pela sociedade para garantir seu equilíbrio, já tão fragilizado em razão das constantes e rápidas mudanças a que se submete. (Kovács, 2002)

Não há uma padronização do significado atribuído à morte. No entanto, há nessas circunstâncias, uma série de padrões de comportamentos que são esperados. Segundo Bromberg (2000), o ser humano desenvolveu uma série de padrões individuais e coletivos para lidar com a morte.

Individualmente, o ser humano se articula de diferentes formas, a fim de tentar dominar a morte e negar sua mortalidade. Muitas vezes esse objetivo é apoiado nas crenças religiosas, que retratam a morte não como um fim, mas como um ritual de passagem. E assim possibilita a imaginação de qualquer espécie de futuro.

O mito da imortalidade está presente em quase todas as culturas. É um desejo comum a todos os seres humanos. Assim, é possível identificar uma série de formas simbólicas pelas quais esse desejo se manifesta: perpetuação da espécie, a crença religiosa de um plano mais elevado de existência, as produções criativas e também a relação atual que o sujeito estabelece com o próprio corpo, um bem precioso que precisa ser muito bem conservado a qualquer custo. (Bromberg, 2000)

Segundo Cassorla (2002) a consciência da finitude do ser humano, ou até mesmo da própria morte constitui-se em uma ferida narcísica. Isto porque em relação à morte nada se sabe. De acordo com a autora essa ferida é ainda mais desestruturante que a causada pela psicanálise ao postular o conceito de inconsciente; pois apesar deste conceito explicitar o ser humano como não mais senhor de seus atos e comportamentos a psicanálise consegue compreender algo acerca da dinâmica inconsciente. No entanto sobre a morte nada se sabe, e o não saber é apavorante para o ser humano. O não saber para a humanidade representa sua falta de controle, fica-se submisso ao desconhecido, e isso é desesperador.

Ainda segundo Cassorla (2002), é a partir do terror do desconhecido da morte que o humano cria “verdades”. Essas verdades podem estar ou não calcadas no domínio da fé, mas fazem parte das construções fantasmáticas

do ser humano e dessa forma auxiliam a entender o fenômeno do convívio com a morte.

No trabalho psicanalítico verifica-se que as fantasias inconscientes sobre o que seria a morte são abrangentes. Para alguns a morte seria a possibilidade de reencontro com pessoas queridas mortas, para outros o encontro com figuras idealizadas, como Deus ou algo similar; ainda existe a crença da morte como a ida para um mundo paradisíaco, regulado pelo princípio do prazer no qual não existe sofrimento; ou até a morte como retorno ao útero materno, numa espécie de parto ao contrário, em que não existem desejos nem necessidades. (Cassorla, 2002)

Coexistente a essas fantasias que de alguma forma auxiliam o humano a lidar com a morte, existem também as terroríficas. Cassorla (2002) afirma a existência de uma série de fantasias persecutórias diante da morte, que são alimentadas pela culpa e pelo remorso inconsciente do sujeito. Essas fantasias terroríficas estão comumente relacionadas à noção de inferno e se interligam a pavores de aniquilamento, desintegração e dissolução.

Todas essas fantasias inconscientes, e algumas conscientes, correspondem a revivências de outras mais primitivas. E todas elas fazem parte da cultura e dessa forma são consideradas partes constitutivas do ser humano.

3. Luto e psicanálise

“Embora nós saibamos que depois de uma perda como essa o estado agudo de luto chegará ao fim, nós também sabemos que permaneceremos inconsoláveis e nunca encontraremos um substituto. Não importa o que venha a preencher o vazio, mesmo que o complete inteiramente, isto de toda forma permanecerá outra coisa. E realmente é assim que deveria ser. Esta é a única forma de perpetuar aquele amor de que não desejamos abrir mão”

(Freud, 1929, p. 70, carta endereçada a Binswanger por ocasião da morte de seu filho)

O Luto para psicanálise é entendido como um processo intrapsíquico desencadeado pela perda de um objeto de afeto, e pelo qual o sujeito consegue progressivamente desapegar-se dele. Em “Luto e Melancolia” Freud denomina esse processo como um trabalho egóico, o “trabalho do luto”. (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004).

Este mesmo trabalho de Freud também assinala uma renovação introduzida pela perspectiva psicanalítica na compreensão de um fenômeno psíquico que era entendido tradicionalmente como uma atenuação progressiva, e como que espontânea, da dor provocada pela morte de um ente querido. Para o autor, o luto é entendido como um processo elaborativo que depende da atividade do sujeito, atividade essa que aliás pode fracassar, como mostra a clínica dos lutos patológicos.

A existência de um trabalho intrapsíquico de luto é comprovada, segundo Freud, pela falta de interesse pelo mundo exterior que se instala com a perda do objeto; toda a energia do sujeito parece estar mobilizada pela sua dor e pelas suas recordações. Ainda segundo o autor, o luto é um estado

depressivo referente à perda de um objeto libidinal. Tal estado, apesar de envolver graves afastamentos daquilo que constitui a atitude normal do sujeito para com a vida, não pode ser considerado como uma condição patológica. Espera-se que seja superado após certo tempo. (Freud, 1917)

Em “Luto e Melancolia” Freud considera que o processo de luto possui a função de desligamento da libido com o objeto perdido. No entanto o autor considera um enigma por que tal processo é tão doloroso. Segundo Freud,

“(…) quem compreende a mente humana sabe que nada é tão difícil para o homem quanto abdicar de um prazer que já experimentou. Na realidade, nunca renunciamos a nada; apenas trocamos uma coisa por outra. O que parece ser uma renúncia é, na verdade, a formação de um substituto ou sub-rogado(…)”. (Freud, 1908, p. 136)

No processo de luto há uma inibição do ego em função do trabalho de luto que o ego tem de fazer e da percepção do mundo como pobre e vazio sem o objeto de amor. O teste de realidade revela que o objeto perdido não mais existe e exige que a libido seja retirada daquele objeto e deslocada para um novo. Em “O ego e o id”, Freud afirma que parte do trabalho do luto é a identificação com o objeto perdido, sendo a única maneira pela qual o id pode desistir de seu objeto de amor.

“(…) Quando o ego assume características do objeto, ele está forçando-se, por assim dizer, ao id como objeto de amor e tentando compensar a perda do id dizendo: ‘Olhe você também pode me amar, sou semelhante ao objeto’. A transformação da libido do objeto em libido narcísica, que assim se efetua, obviamente implica um abandono de objetivos sexuais, uma dessexualização – uma espécie de sublimação, portanto.”
(Freud, 1923, p. 43)

Dessa forma, a identificação é compensatória após a perda do objeto de afeto. Ainda que o tenha perdido, o enlutado pode identificar-se com ele e restabelecê-lo no seu ego.

A retomada de interesse do ego pelo mundo se dá quando este se vê impelido a decidir se compartilha do destino de seu objeto amado ou se considerando o conjunto das satisfações narcísicas de estar vivo abdica de seu objeto. Após a realização de tal trabalho o ego fica livre. “O luto compele o ego a desistir do objeto, declarando-o morto e oferecendo ao ego incentivo de continuar a viver, (Freud, 1917, p. 290)

No entanto para que este desligamento aconteça, tornando finalmente possíveis novos investimentos, é necessária toda uma tarefa psíquica. “Cada uma das lembranças, cada uma das esperas pelas quais a libido estava ligada ao objeto são presentificadas, superinvestidas, e em cada uma se realiza o desligamento da libido. “(Freud, 1917, p.215)

Em suma, de acordo com Freud, o trabalho do luto consiste em um processo de identificação e descatexização do objeto perdido e re-catexização de um novo objeto. No entanto, esse processo não necessariamente remete ao total desligamento com o objeto, a descatexização pode ser entendida como uma forma de desligamento da libido para o objeto da forma como este se apresentava. Nesta lógica, a re-catexização de um novo objeto, pode ser o próprio objeto perdido com quem o enlutado deve transformar sua relação interna para elaborar o luto. O conceito de objeto interno de Klein possibilita a compreensão de que ainda que haja um desligamento do objeto externo perdido, a relação com o objeto interno não é abandonada, mas sim transformada pela experiência de perda. (Mazorra, 2001)

3.1 O trabalho do luto segundo Klein

Klein em “O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos” faz importantes contribuições à compreensão do que até então era entendido pela psicanálise como luto. A autora estende esse conceito não somente ao processo que se dá após a perda de um objeto, como também a toda dor psíquica causada por experiências penosas, como a percepção da falta e da incompletude.

Ainda segundo a autora a base do processo de luto encontra-se no estabelecimento da posição depressiva, ou seja, a criança introjeta o objeto amado integrando-o em seus aspectos bons e maus e passa a entendê-lo como um objeto total e separado dela mesma. É por volta do sexto mês de idade que a criança é capaz de viver o luto tendo de elaborar a dor da separação, da percepção da mãe como objeto inteiro e autônomo, não suscetível a seu controle onipotente. (Klein, 1940)

Ao apreender que o objeto amado e objeto frustrador são os mesmos, a criança tem que lidar com a ambivalência afetiva em relação a esse objeto e a culpa que resulta de seus sentimentos conflitantes. Faz parte do desenvolvimento saudável a elaboração satisfatória do sentimento de culpa e o medo de que a mãe morra como resultado de seus desejos inconscientes, por parte da criança para que assim se estabeleça uma boa relação com a mãe e com os demais objetos de amor. (Idem, 1940)

Somente a partir da vivência do sentimento de culpa, é que a criança será capaz da reconstrução do objeto destruído na fantasia, ou seja, surge a tendência de reparação do objeto amado que é o alicerce de toda atividade construtiva.

Ainda segundo Klein (1940), a posição depressiva atinge seu ponto máximo na infância, antes, durante e após o desmame, quando a criança sente a perda das representações advindas do ato de mamar: segurança, amor, bondade. Neste momento a criança sente que perdeu a mãe amada como

um todo, tanto a mãe real quanto a mãe boa interiorizada. Esta perda é entendida como uma punição aos ataques que realizou à mãe frustradora e culpa-se por ter destruído o objeto bom.

Klein (1940) acrescenta que neste momento uma boa relação entre mãe e criança é de grande relevância para que esta possa manter uma confiança em um objeto bom interno e diminua seu medo de ser punida, podendo ajustar-se a frustração e buscar substitutos que sejam também fonte de gratificação. A autora denomina este momento como “luto arcaico”, já que a criança passa por estados mentais semelhante ao luto do adulto. Enquanto a criança que passa pela posição depressiva está vivendo a tentativa de integrar seu mundo interno, a pessoa enlutada repete os processos que a criança enfrenta neste momento de seu desenvolvimento para reintegrar seu mundo interno, destruído em sua fantasia em função da perda real vivida. O luto provoca, dessa forma, uma reativação da posição depressiva arcaica.

Assim sendo, para que o sujeito tenha condições de elaborar o luto, este necessariamente precisa ter superado a posição depressiva infantil, para que confie em sua capacidade de se reorganizar internamente. O sujeito que não consegue viver o luto sente-se incapaz de restaurar seus objetos de amor interno, afasta-se destes objetos e nega seu amor por eles. (Klein, 1940)

A elaboração do luto promove um aprofundamento da relação do sujeito com seus objetos internos e externos e a reconstrução do mundo interno, enriquecido por essa nova experiência e por uma maior confiança de poder superar a situação de perda. (Klein, 1940) Graças ao trabalho do luto é que o sujeito pode recompor seus vínculos com o mundo externo, temporariamente desfeitos em função da perda.

Ainda segundo Klein (1940), quando o enlutado teme que a raiva que sente em relação ao objeto perdido, por sentir sua morte como punição pode superar o amor, sente este objeto como ameaçador e não mais como fonte de segurança e proteção. Sente, então. Necessidade de idealizar o objeto perdido, lembrando suas qualidades e os bons momentos vividos com este

objeto. A idealização tem a função de proteger o sujeito de um mundo interno sentido como passível de desintegração.

À medida que o enlutado retoma a confiança nos objetos externos, pode novamente confiar no objeto perdido, aceitar suas limitações e vê-lo de modo menos idealizado. A maior confiança nas pessoas e coisas reais e a ajuda recebida para lidar com seu sofrimento contribuem para a diminuição das defesas maníacas, da perseguição e para um aumento do anseio pelo objeto perdido. Dessa forma o enlutado pode entrar em contato com o sofrimento e o desespero em função da ausência do objeto amado.

Elaborar a perda significa defrontar-se com a impotência, com limites, com o fato de que o mundo e, principalmente, nosso objeto de amor não está sob nosso controle porque existe em si e, é portanto, separado de nós. Em última instância, significa nos deparar com a possibilidade do limite total, a morte. (Mazorra, 2001)

De acordo com Klein (1940), muitos distúrbios no processo de luto estão relacionados à dificuldade de aceitação do fato de que somos separados de nosso objeto de amor e que este não está sob nosso controle, ou seja, falha no estabelecimento da posição depressiva.

3.2 O trabalho de luto segundo Winnicott

Outro autor psicanalítico que contribui para o entendimento do processo de trabalho do luto é Winnicott. Segundo o autor o processo de elaboração do luto, principalmente as perdas primitivas, acontece por intermédio dos fenômenos transicionais, com o objetivo de reconstruir um espaço de existência concomitante entre união e separação.

De acordo com Barone (2004) o modelo postulado por Winnicott dos objetos e fenômenos transicionais pode funcionar como outra articulação teórica ao trabalho do luto. Nesta visão o trabalho do luto teria como objetivo, por um lado, garantir a manutenção de uma lembrança viva de quem partiu – evitando contudo, apelar para um estado alucinatório que faria acreditar que a separação não se deu – e, por outro, evitar abandonar-se num estado de desamparo – o qual, fiel apenas ao princípio de realidade, só registraria o espaço esvaziado. A experiência de ilusão possibilitaria encontrar uma síntese da memória com o ambiente.

Winnicott, assim como Klein, acredita que a capacidade de realizar o trabalho do luto está diretamente relacionada à forma como se dá o desenvolvimento emocional primitivo do bebê. Essa capacidade tem origem no modo como a criança elabora a separação da mãe, no início da vida, e desenvolve um sentido de vitalidade e autenticidade com seu próprio self, além de estabelecer uma ancoragem saudável na realidade. (Barone, 2004)

No entanto Winnicott diferencia-se de Klein ao afirmar que para que seja possível o processo de luto é necessário que a criança tenha experienciado ilusão suficiente. Isto porque no desenvolvimento psíquico da criança é necessário que esta tenha experiências de ilusão para que seja possível a desilusão da separação. (Phillips, 1988)

Winnicott enfatizava que aquele que observasse diretamente um bebê faria inevitavelmente referência ao comportamento da mãe de quem o bebê depende. Isto porque é a relação entre a mãe e seu bebê que torna a

satisfação pulsional. Sem a relação entre mãe e seu bebê, sem o vínculo com o ego, o bebê experiencia seu desejo como ataque opressivo, é a mãe quem sustenta a experiência para torná-la satisfatória. Ou seja, onde está o Id do bebê, ali também deverá estar o ego da mãe. (Phillips, 1988)

Ainda segundo Winnicott, frente a esse entendimento sobre a função da mãe na vida psíquica da criança, o jargão kleiniano “seio bom” se torna mais que algo que será apresentado à criança quando ela está com fome. Para o autor este não é um objeto, mas sim uma forma de classificar todo o cuidado materno. O “seio bom” se constituiria desde o princípio da vida do bebê onde a mãe está em um estado de sensibilidade muito particular para atender seu filho. Esse cuidado caracteriza-se por uma presença atenta e não invasiva da mãe e das formas pelas quais ela se faz disponível em seu estado de absorção e antecipação das necessidades de seu bebê. Este seria o conceito de preocupação materna primária. (Phillips, 1988)

Ainda segundo Winnicott (1963) a disponibilidade materna para atender às necessidades do bebê permite que este vivencie o estado de “continuar a ser”, ou seja, experiências contínuas sem interrupções significativas que ameacem a continuidade do self. Como consequência deste período de absoluta dependência o bebê não possui a necessidade de reconhecer a mãe e nem tampouco a si mesmo.

Esta concepção é de grande importância para entender a maneira como a perda do objeto é experimentada pela criança. Isto porque neste estágio não ter suas necessidades atendidas é compreendido como à própria aniquilação, com a perda de uma parte do próprio self. Já em um estágio maturacional onde o bebê consegue se sentir integrado a maior parte do tempo, não ser atendido significa sofrer a perda de um objeto. Segundo Barone (2004) a forma como o sujeito poderá lidar com a perda do objeto através do processo de luto ou de uma resposta melancólica está diretamente relacionado à forma como o sujeito experienciou essa fase do desenvolvimento.

O autor compreende o desenvolvimento emocional primitivo do sujeito como um importante marco de seu processo de maturação. Esta fase inicial de desenvolvimento é primordial para a fundação e maturação do self. No entanto, esta importante fase do desenvolvimento não se origina da execução de um corte, ou seja, de uma desilusão como postula Freud e Klein, mas sim da criação de uma relação singular com o ambiente desde o início da vida.

O fundamental da relação mãe/bebê é seu caráter compartilhado. Em “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil” Winnicott afirma que a existência de uma experiência compartilhada é fundamental para que seja possível existir a capacidade de espelho do rosto da mãe de devolver ao bebê seu próprio self. A existência de uma relação compartilhada manifesta-se no estabelecimento de uma relação indiferenciada entre o que se passa no interior da mãe e no interior do bebê. Isto porque, no início a criança encontra-se em um estado de não integração, assim como a mãe encontra-se sob influência da preocupação materna primária.

A existência de uma ligação compartilhada inicial permitirá ao bebê o reconhecimento posterior de sua subjetividade e da subjetividade do outro. Isto se dá pois o estado de preocupação materna primária, que permite à mãe realizar sua função especializada, e o estado de não-integração junto ao seu constante contato com o ambiente permite que a criança perceba as expressões do rosto da mãe, como expressões do seu próprio self.

Este conceito de relação compartilhada exclui a necessidade de mecanismos como a projeção e a introjeção para explicar a constituição psíquica do bebê. Uma vez que o livre curso das trocas inconscientes entre mãe/bebê acontece na relação compartilhada, mecanismos como a introjeção e a projeção se tornariam desnecessários. Este então é outro diferencial entre a teoria kleiniana e a winnicottiana.

A postulação de uma relação compartilhada entre a mãe e seu filho permite a constatação de que a criança gradualmente conquista a independência. E

que é parte fundamental do processo de maturação da criança uma fase de absoluta dependência onde não existe nenhuma experiência de separação entre mãe e bebê. Ogden propõe uma releitura de Winnicott e afirma que essa relação compartilhada possui um caráter intersubjetivo, e esta seria a qualidade que sustenta a condição de espelho da mãe e o reconhecimento por parte da criança de seu próprio self ali refletido. (Ogden, 1996)

Como foi descrito até aqui a relação mãe/bebê é essencial para a organização psíquica do sujeito. Winnicott (1945) postula que a organização psíquica observada em um sujeito adulto é o resultado de um complexo processo de maturação constituído pela integração, personalização e realização. Todo esse processo maturacional dá-se a partir de um estado de absoluta dependência da criança em direção a um grau cada vez maior de independência. No entanto o que ainda não foi descrito dessa relação é que as falhas são inevitáveis, ou seja, é natural que o ambiente apresente falhas na adaptação às necessidades do bebê. Porém, essas falhas não devem ultrapassar a capacidade do bebê de tolerá-las, devem ocorrer de modo gradual levando em conta um maior grau de integração do bebê bem como sua maturidade emocional. São essas falhas que permitem à criança seus primeiros contatos com a realidade, introduzindo assim o princípio de realidade.

O processo maturacional depende então, em grande parte, de um ambiente facilitador que propicie ao bebê experiências que o direcionem e guiem da dependência absoluta para a relativa e finalmente rumo à independência. No entanto o autor afirma que existe no bebê um potencial inato em direção à integração. Esta é uma marca na teoria winnicottiana, entender um fenômeno à partir de diferentes variáveis. O autor afirma que o desenvolvimento maturacional se dá pela influência de ambos os pólos. Ou seja, este processo em direção à integração pode ser retardado tanto pela predominância dos estados de excitação pulsional do bebê quanto por deficiências do ambiente suficientemente bom em garantir atenção às necessidades do bebê. (Barone, 2004)

Frente à essa teoria do ambiente suficientemente bom para o processo de integração do bebê pode-se afirmar que é papel da família protegê-lo contra o trauma. O trauma é entendido pelo autor como uma falha ambiental em um momento de precária organização psíquica do bebê. A experiência de desintegração psíquica dada pelo trauma pode ocasionar um atraso no processo de maturação do sujeito ou ainda uma marca que acompanhará o mesmo durante todo o seu desenvolvimento. (Winnicott, 1965)

Outro processo importante no desenvolvimento maturacional da criança é o processo de personalização que mais uma vez é de grande responsabilidade do ambiente provedor. Tal processo se caracteriza pela capacidade da criança de se sentir habitante de um corpo e senhor do mesmo. Essa capacidade se dá através das experiências promovidas tanto pela dinâmica pulsional do bebê quanto pelo ambiente suficientemente bom.

O terceiro processo que constitui o desenvolvimento maturacional da criança é o de realização. Tal processo diz da relação estabelecida entre a criança e a realidade, ou seja, da capacidade da criança de compartilhar de qualidades da realidade como tempo e espaço.

A formação do laço afetivo com a realidade se dá a partir das trocas relacionais entre o bebê e seu ambiente. É a partir da alucinação do objeto de desejo, por parte da criatividade primária do bebê, e da apresentação do objeto concreto por parte do ambiente é que se torna possível o desenvolvimento emocional da criança. Winnicott (1945) postula que as repetidas ações da mãe-ambiente permitem que o bebê enriqueça suas fantasias com elementos evocados pela realidade da experiência. É a partir dessas experiências contínuas de ilusão que se fundará a possibilidade de uma apreciação objetiva da realidade. (Barone, 2004)

É a partir do fenômeno da ilusão que Winnicott propõe a existência da criatividade primária do bebê. A criatividade possui papel fundamental na experiência de ilusão e, dessa forma, o autor exalta a importância do gesto criativo para o processo maturacional do indivíduo.

A experiência de ilusão consiste em uma forma criativa de contato com a realidade. Tais experiências se encontram presentes como ferramentas na constituição da subjetividade, na criança aparece no brincar e no adulto encontra-se espalhada pelo campo da cultura, da religião e da ciência. (Barone, 2004)

No entanto a experiência de ilusão não é suficiente para explicar a relação do sujeito com o objeto, ou seja, não é capaz de explicar totalmente como se dá a relação do sujeito com o ambiente. Atento, Winnicott constrói então o conceito de espaço potencial, um espaço entre realidade compartilhada e realidade interna. Nem uma nem a outra mas o espaço “entre” ambas.

Quando Winnicott escreve em 1951 “Objetos transicionais e fenômenos transicionais” procura captar o hiato existente na teoria psicanalítica entre a completa subjetividade do bebê e o seu tornar-se mais objetivo e capaz de pensar simbolicamente, ou seja, a potência de encontrar as representações, nomear os objetos e deles fazer uso. O autor então conceitua uma área de experimentação, um espaço que não é subjetivo nem objetivo, mas que contempla o ser e o não ser.

O espaço potencial seria uma terceira área de experiência, constituída pela sobreposição entre a realidade externa e a realidade compartilhada. O fenômeno transicional ocorre em momentos de transição entre dois estados maturacionais diferentes e também na manutenção desses dois estados de maturação ao mesmo tempo. No entanto este espaço não existe para favorecer um ou outro estado maturacional, este é um terceiro fenômeno.

Winnicott postula que esta terceira área de experiência é capaz de alojar as produções culturais até então subestimadas pela teoria psicanalítica. Esta terceira área tem início no espaço entre a mãe e o bebê para posteriormente difundir-se por todo o cenário da cultura. Este fenômeno sustenta uma relação dialética entre os aspectos da realidade e a criatividade do self, tal relação permite que o que pertence ao self e o que pertence ao ambiente co-

existam sem que seja necessário a fixação em um dos pólos envolvidos. Ou seja, o sujeito é capaz de manter sua subjetividade em um ambiente de subjetividades coletivas podendo ser parte ativa dessa coletividade. (Ogden, 1993)

A possibilidade de um terceiro espaço está diretamente relacionada ao conceito de saúde psíquica. Isto porque se trata do desenvolvimento da capacidade de sustentar um funcionamento psicológico dialético. Tal funcionamento refere-se à capacidade de transformação de um processo indiferenciado que não requer símbolos (relação mãe/bebê) para uma tríade, onde o bebê pode ser reconhecido como sujeito. Essa tríade seria composta pelo sujeito (self), o objeto e o símbolo (pensamento). A formação deste espaço possibilita a criatividade e todas as suas implicações, uma vez que subentende um sujeito ativo e simbólico. (Ogden, 1993)

Esta terceira área permitiria à criança a possibilidade de perder sem perder e nessa lógica pode-se inferir que o espaço potencial seria a área de elaboração do luto segundo este autor. Winnicott (1967) afirma que o espaço relativo aos fenômenos transicionais é o espaço no qual a separação não é uma separação, mas sim uma união.

Segundo Winnicott em “A criança e o seu mundo” os bebês choram por quatro razões: dor, ódio, satisfação e luto. Para este último motivo, o autor percebe que o choro nesta circunstância é uma tentativa de lidar com a separação com a mãe em maior grau, é uma tentativa de garantir certa integração psíquica mesmo na experiência de luto arcaico. Nesta elaboração pode-se perceber claramente a influência do pensamento kleiniano a respeito da posição depressiva, uma vez que a angústia por separação só pode ser originada de um estado maior de integração da criança.

No entanto para Winnicott (1988), diferentemente de Klein, a possibilidade de elaboração do luto arcaico é possível a partir do desenvolvimento dos fenômenos transicionais no processo de maturação do sujeito. “Lidar com a perda sem quase perder (em um sentido apenas) o que foi

perdido”(Winnicott, 1988, p.34), Nesta frase o autor fornece importantes indicações sobre como compreende o processo de elaboração da perda, uma vez que aponta para uma possibilidade de manutenção do que foi perdido sem que seja preciso apelar à negação.

Segundo Barone (2004) a expressão de Winnicott “em um sentido apenas” aponta para o fato de que o autor não está se referindo à idéia de se manter o que foi perdido de maneira delirante ou fetichista. Caso algum dos dois fenômenos passem a dominar a cena não se trata então do fenômeno transicional nem mesmo de um processo de luto.

Retomando o conceito de realização, que constitui o processo maturacional pelo qual a criança aceita e reconhece as propriedades da realidade, é possível pensar a elaboração da perda de outra forma. O processo de elaboração da perda pode acontecer em diferentes momentos do processo maturacional, é possível realizar a manutenção do que foi perdido sem que seja preciso apelar à negação. O contato com a realidade por intermédio da ilusão, como acontece no processo de realização, permite a possibilidade de lidar com a perda, sem quase perder. (Barone, 2004)

Com o desenvolvimento da teoria dos fenômenos transicionais o autor avança no estudo na maneira pela qual o bebê pode suportar a ansiedade depressiva e elaborar um estado primitivo de luto. O autor afirma que a necessidade por um objeto transicional nos estados primitivos do desenvolvimento pode vir a reaparecer quando o indivíduo sentir-se em grave privação. Esta possibilidade de reaparecimento permite inferir a importância tanto do espaço transicional como do objeto transicional no luto em qualquer fase da vida.

Neste momento é relevante uma breve explanação sobre o objeto transicional. O objeto transicional possui quatro características fundamentais: é a primeira possessão não-eu do bebê; está localizado na realidade compartilhada; pode vir a transformar-se segundo a capacidade criativa do bebê; e permite o estabelecimento de um tipo afetivo de relação de objeto.

Tal objeto constata o desenvolvimento emocional primitivo do bebê uma vez que somente com o avanço do mesmo que é possível ao sujeito a criação de algo para lidar com a ausência da mãe.

O objeto transicional é a criação/eleição de um objeto por parte da criança que represente a totalidade dos componentes da maternagem. Esse objeto marca a capacidade do bebê de criar algo que necessita. Esta é a maneira pela qual o objeto transforma-se na primeira posse: verdadeiramente ele é o bebê, pois ele o criou.

O objeto constitui-se como transicional na medida em que a criança o utiliza em uma zona de experimentação intermediária. Ou seja, o objeto é um elemento da realidade compartilhada o qual o bebê acredita ter criado, e não constitui uma alucinação engendrada pelo mundo interno do bebê. Esta idéia permite ressaltar que a dinâmica entre realidade compartilhada e a criatividade primária do bebê cria um terceiro fenômeno que alterará a constituição do ambiente e da realidade interna.

Com o decorrer do tempo o objeto transicional perde o significado. Este objeto tende a tornar-se difuso, se espalhando por todo o território intermediário entre a realidade psíquica interna e o mundo compartilhado, ou seja, por todo o campo da cultura. O destino deste objeto em um desenvolvimento sadio é ser descatexizado com o passar dos anos. No entanto Winnicott (1951) afirma que o objeto transicional pode ser retomado em um momento de extrema ameaça psíquica, em uma experiência extremamente desagregadora, que possa acontecer em qualquer momento da vida.

Considerando as idéias apresentadas até aqui pode-se inferir que o trabalho de luto exige o estabelecimento de um processo dialético na relação entre fantasia e realidade. A partir das postulações de Ogden (1993) sobre as possíveis patologias relativas ao espaço potencial o trabalho do luto seria justamente a capacidade de manutenção entre realidade e fantasia do sujeito para lidar com a perda do objeto significativo mantendo a vitalidade do self.

Esta é uma condição essencial para que a perda do objeto não se transforme em uma resposta melancólica.

Segundo Ogden (1993) uma série de experiências podem gerar patologias relativas ao espaço potencial, constituindo assim diferentes formas de fracasso da capacidade de criação e de sustentação de processos psicológicos dialéticos. Entre as experiências que podem gerar este tipo de patologia está doença e morte dos pais ou de irmãos ou até mesmo traumatismos decorrentes do adoecimento físico da própria criança. Em todas as patologias do espaço potencial não existe a possibilidade de manutenção da sobreposição entre realidade e fantasia.

Ainda segundo Ogden (1993) existem três possibilidades de patologias em relação ao espaço potencial. A primeira se refere a um colapso em direção à fantasia, ou seja, a fantasia se torna importante em si mesma. Assim, a fantasia ao invés de investir a realidade de aspectos criativos, torna-se um fim nela mesmo, o que pode trazer perigos para a própria sobrevivência do sujeito.

Uma segunda possibilidade seria o processo dialético entrar em colapso em direção à realidade. Neste funcionamento a realidade passa a ser usada como forma de defesa contra a fantasia. Esta necessidade do sujeito de refugiar-se na realidade prejudica a vitalidade e expressão criativa do self.

Há ainda uma terceira possibilidade, o “splitting”. Esta seria o desenvolvimento de um estado dissociativo do self impossibilitando qualquer tipo de dialética psíquica.

Levando em consideração que o trabalho do luto seria a manutenção do processo dialético entre fantasia e realidade e que em um sujeito saudável esta manutenção se dá através da criatividade qual seria a relação entre luto e criatividade?

Segundo Barone (2004), é possível entender o trabalho do luto como um ato criativo que tem como objetivo “reinstalar a idéia de que a vida vale a pena”. (Barone, 2004, p. 106) A possibilidade de elaborar a perda por intermédio de um ato criativo é um importante campo de estudo da teoria kleiniana. De acordo com Klein (1940) após uma experiência de perda o processo criativo aparece como uma forma de reparação do mundo interno e dos objetos. Neste sentido nos momentos em que o mundo interno está despedaçado deve-se empreender esforços no sentido de reconstruir os objetos internos, recriando a vida.

Klein (1940) ressalta que a elaboração de experiências de perda pode levar a mudanças psicológicas importantes e amadurecidas. Estas mudanças remetem à elaboração da angustia depressiva no início da vida, a qual possibilita um maior grau de integração e maturidade emocional. Diante de uma experiência de perda o processo de reparação deve ser ativado assim como na vida primitiva. A elaboração do luto pode vir a estimular a capacidade criativa decorrente da necessidade de reparação do ego e do objeto.

Ogden em “Borges and the art of mourning” (2000) introduz uma nova compreensão sobre o luto e a criatividade. Segundo o autor a reparação seria apenas uma das funções da criatividade, uma outra seria a experiência de trazer algo à realidade, de produzir algo que simbolize a complexa relação entre o que foi perdido e a experiência de perda em si mesma. Ogden afirma que o objeto criado e a experiência de criação seriam a “arte do luto”. Segundo o autor é necessária uma forma de exteriorização da capacidade criativa para que esse possa ancorar-se novamente de maneira saudável à realidade. Este conceito se aproxima do conceito de brincar de Winnicott, uma vez que ambas as atividades, com base nos fenômenos transicionais, passam pela aceitação e transformação da realidade repudiada, sem que seja necessário o constrangimento das potencialidades do self.

4. Luto na Infância

O Luto na infância é um tema que gera controvérsias, e que vem sendo discutido principalmente ao longo dos últimos trinta anos. O principal questionamento é quanto a capacidade da criança de sentir pesar e enlutar-se. Entre aqueles que consideram a criança um ser capaz desse processo existem ainda uma série de outras questões, como a idade com a qual a criança passa a ser capaz de realizar o trabalho do luto, ou ainda, se este processo é experienciado da mesma forma como acontece na vida adulta.

Neste capítulo será discutido como a psicanálise tem a contribuir para o entendimento do luto infantil frente a vários autores que estudam o tema.

4.1 Como a criança compreende a morte?

Alguns autores como Gessel, Ilg, Ames (1971) entendem que a criança antes dos dois anos de idade não possui nenhuma compreensão da morte. Afirmam que mesmo diante de estímulos óbvios relacionados à morte a criança muito pequena não consegue construir uma concepção de morte como o adulto.

Autores como Bromberg (1994) e Torres (2008), partindo de um referencial piagetiano do desenvolvimento infantil afirmam que a criança construirá seu conceito sobre a morte de acordo com seu desenvolvimento cognitivo. Ou seja, na etapa pré-operacional a criança entende a morte como fenômeno temporário e passível de reversão, uma vez que nesta fase a criança percebe o mundo por meio de uma fusão de realidade objetiva e subjetiva, além de possuir uma percepção animista, pré-casual e pré-temporal da morte. Ainda segundo Bromberg (1994) uma pergunta característica de uma criança no período pré-operacional ao saber que a mamãe morreu e não fará mais as coisas que fazia, pode ser: “E quem vai me levar para a escola agora?”. Este tipo de pergunta pode causar um impacto nos adultos que, desconhecendo essa dimensão do pensamento da criança, poderá considerá-la insensível.

Já na etapa operacional concreta, por volta dos sete anos, a criança é capaz de compreender a causalidade, não funcionalidade, irreversibilidade e universalidade da morte. Assim como a própria mortalidade. Isto se dá visto que há, nesta fase, uma diminuição do pensamento mágico e da fusão do mundo externo e interno.

No entanto, Torres (2008) afirma que crianças que vivenciam experiências de perda compreendem a irreversibilidade e finalidade da morte antes do esperado. Nesta mesma linha Mazorra (2005) afirma que pela experiência clínica percebe-se que crianças que perderam objetos significativos de afeto parecem compreender precocemente a possibilidade da própria morte.

Autores como Maurer (1996), defendem que a criança descobre a morte desde uma idade muito precoce, antes dos dois anos. Para esses autores a relação inicial da criança com a morte resulta de suas experiências com os padrões periódicos de dormir e acordar, e também de brincadeiras onde a criança jogue com a presença e a ausência dos objetos, os quais estabelecem as bases para a criança desenvolver percepções dos diferentes estados da existência: ser e o não ser.

Pode-se pensar que a criança, antes dos dois anos de idade, já possui algum significado sobre o morrer, mas que este ainda se encontra em processo de construção e dessa forma se diferencie em diversos aspectos do conceito adulto de morte.

O dormir é considerado por uma série de autores psicanalíticos uma experiência que contribui pra a constituição do conceito de morte infantil uma vez que esta experiência pode ser entendida como o deixar de existir temporariamente, é permitir-se não ser, ou ainda em uma criança mais precoce um estado de não integração. As repetidas experiências de dormir e despertar permitem à criança a constituição de uma segurança de estabilidade do próprio psiquismo. No entanto, algumas vezes, frente a

momentos de grande instabilidade emocional a criança pode apresentar como sintoma a insônia, ou seja, uma incapacidade de permitir esses momentos de não existir, a não confiança de permitir-se um momento de mergulho no inconsciente.

Torres (2008) firma que a insônia é um sintoma comum no processo de luto infantil. O momento de uma perda se caracteriza como um momento de crise para o psiquismo infantil, uma vez que o ambiente apresenta uma ruptura em sua constância e que a perda desse objeto esteve totalmente fora do controle dessa criança. Esses momentos de instabilidade ambiental a insônia pode ser entendida como um sintoma que reflita essa insegurança na própria constância psíquica de integração. A experiência do não existir por um momento pode ser de extrema angustia para esse psiquismo ainda em formação.

As brincadeiras de ausência e presença do objeto podem ser entendidas como auxiliares no desenvolvimento do conceito de morte da criança. Essas brincadeiras constituem momentos psíquicos de controle, por parte da criança, das ausências e presenças do objeto. São brincadeiras que auxiliam à criança a dialética entre a fantasia e a realidade do existir e não existir dos objetos.

Essas brincadeiras serão possíveis somente quando existe a percepção por parte da criança da possibilidade do não estar dos objetos sem que isso signifique a não existência do mesmo. A partir de um objeto passível de controle a criança experimenta uma situação controlada pela mesma de ausência e presença do objeto. Essas duas possibilidades do objeto ajudam a criança a elaborar a angustia do não ter e até mesmo do não existir na ausência desse objeto.

De acordo com Winnicott (1964) as crianças brincam para dominar a angustia. O brincar com a ausência do objeto pode ser considerado uma tentativa de dominar a angustia do não existir na falta do objeto, ou em um grau de maior autonomia do self a angustia da perda desse objeto de amor.

O autor ainda postula que é através da análise do brincar da criança que pode-se perceber o nível de angustia da mesma. A angustia é fator dominante na brincadeira infantil, uma criança muito angustiada brinca compulsivamente, ou repete muito a brincadeira. Se a angustia for maior que a capacidade do psiquismo infantil de suportar a brincadeira se transformará em pura exploração e gratificação sensual.

A partir dessas afirmações é possível concluir que a criança constrói ao longo de seu desenvolvimento o conceito de morte. No entanto esta construção acontece muito precocemente, e para lidar com toda a angustia dessa descoberta é fundamental para a criança um ambiente que propicie e estimule as experiências de ilusão. Uma vez que o mundo fantasmático infantil serão ferramentas psíquicas para que a criança cada vez mais consiga lidar com situações de angustia de forma autônoma.

4.2 A criança é capaz de enlutar-se?

Autores como Abraham, Spitz, Jacobson, Sullivan e Anna Freud entendem que a criança até dois anos é capaz de sentir pesar mas não de enlutar-se, uma vez que esta seria incapaz de realizar um trabalho e luto saudável. Para estes autores o pesar é definido como o sentimento de aflição experimentado pelo sujeito que perde um ente significativo. Já o luto é entendido como um trabalho psíquico de elaboração da perda. No entanto, segundo Mazorra (2001) esta diferença parece errônea uma vez que ambas são faces distintas do mesmo processo e se dão simultaneamente em uma perda significativa.

A questão seria então conhecer quando a criança é capaz de perceber a perda de um objeto amado e então realizar o trabalho do luto. Para tal realização é necessário uma percepção egóica de objeto e uma capacidade do mesmo de estabelecer relações com esse objeto.

Segundo Klein em “Contribuições à psicanálise”, a criança é capaz de estabelecer relações objetais desde o início de sua existência e seu ego estaria presente desde então, mas ainda de modo não integrado. Melanie Klein entende o desenvolvimento psíquico pela passagem da criança por dois momentos: posição esquizo-paranóide e posição depressiva. Na posição esquizo-paranóide o psiquismo infantil funciona de modo esquizo-paranóide, isto implica em relações com o objeto visto como parcial, ou seja, o bebê relaciona-se com sua figura materna de forma fusionada, incapaz de distinguir mundo interno e externo.

A partir do estabelecimento da posição depressiva a criança introjeta o objeto amado, integrando-o, e passa a se relacionar de forma integral com os objetos. Neste momento a criança é capaz de amar o objeto em sua totalidade e de se ressentir das separações, vivendo intensamente o pesar e a angustia da perda. Também é capaz de culpar-se pelos ataques aos objetos quando o sente como frustrador e tenta reparar os danos que imagina ter feito a este objeto, por medo de perdê-lo.

Winnicott, em concordância com Klein, afirma que a capacidade para realizar o trabalho do luto implica em maturidade no sujeito. Tal maturidade só é alcançada após o estabelecimento da posição depressiva. “o ego imaturo não pode lamentar a perda, não pode sentir o luto. “ (Winnicott, 1994, p.139)

De acordo com estes autores pode-se concluir que o processo de luto só pode ser realizado pela criança quando esta é capaz de estabelecer relações objetais totais, onde o objeto perdido é entendido como algo externo a ela. Até se alcançar essa maturidade a criança entende a perda de seus objetos como perdas de parte de si mesmo mas não pode sentir pesar e enlutar-se pelo objeto amado.

No entanto, é importante ressaltar que experiências de luto na família de uma criança antes do estabelecimento da posição depressiva podem acarretar marcas importantes no desenvolvimento psíquico da criança. Nadeau (2008) afirma que ao perder um ente querido a família como um todo enluta-se e que este momento pode ocasionar mudanças significativas na dinâmica familiar presente até então. No momento de perda, a família necessita construir um significado familiar para essa perda, para assim poder elaborar a perda desse membro enquanto grupo. Esse significado não se constitui da soma do significado de cada membro mas sim de algo constituído pelo grupo a partir da dinâmica familiar existente. Durante esse período de construção familiar de significados, a família poderá estar de tal modo fragilizada que o cuidado com as crianças, membros dessa família, pode sofrer consideráveis transformações.

Como foi descrito no capítulo anterior, Winnicott afirma que a família é de extrema importância para a constituição psíquica da criança. É a família a responsável por prover à criança um ambiente que promova seu processo maturacional. No momento de perda na família a criança pode estar mais suscetível a falhas ambientais uma vez que seu ambiente como um todo encontra-se em momento de crise e portanto mais frágil para garantir a essa criança a estabilidade necessária e o atendimento a suas necessidades. Se a perda da família for ainda a da figura cuidadora da criança é possível hipotetizar que estas falhas ambientais estarão mais passíveis de acontecer,

uma vez que mesmo que haja uma substituição desse papel essa figura precisará de um tempo para estabelecer com a criança a relação compartilhada para atender a todas as necessidades da mesma, e ainda é necessário levar em consideração que essa figura como parte dessa família enlutada também encontra-se, como indivíduo, fragilizada pela perda e talvez seu psiquismo não esteja preparado para propiciar o suporte psíquico para o processo maturacional dessa criança.

4.3 Como acontece o trabalho de luto na criança?

A partir do momento que a criança é capaz de enlutar-se são necessárias uma série de condições para que esse luto possa ser elaborado de modo saudável. Segundo Winnicott (1994) o ambiente no qual a criança está inserida é de extrema importância para que a mesma seja capaz de realizar o trabalho do luto com sucesso; ou seja, o ambiente deve ser sustentador e fornecer informações a respeito da morte para que a criança possa compreender intelectualmente o que ocorreu e assim ativar os processos representativos que levam à elaboração. É necessário um ambiente que permita a esta criança a exposição de seus sentimentos e angústias.

Aberastury, (1973), afirma que muitas vezes o adulto mente ou omite informações a respeito da morte para a criança. Nega a morte na tentativa de anulá-la magicamente, assim como sua dor e a da criança e projeta na criança sua parte infantil que não quer saber a verdade. No entanto o conhecimento da verdade ajuda a criança a elaborar o luto. Pelo contrario, a negação e a mentira do adulto dificultam este processo, pois incrementam uma reação inicial de negação esperada no processo de luto saudável e dificultam a passagem para o primeiro momento de elaboração da perda que é a aceitação de que a morte ocorreu.

A autora acrescenta que quando se diz para a criança que a pessoa que morreu voltará, ela vive, além da dor, uma permanente frustração e a ausência torna-se mais conflitiva porque entram em luta sua percepção do que aconteceu e o que é dito pelo adulto. Dilema, portanto, já que o adulto é referencia e também é quem confirma para a criança a materialidade ou não de seus pensamentos. Sem isso a criança arrasta a dor, sofre pela espera, tantaliza-se em busca de compreender o ocorrido, mas com um ego incipiente para abarcar o significado do irreversível- sofre mais. A criança sente que não tem com quem contar para lidar com a sua dor.

Segundo Freud, a criança possui uma maior facilidade para evocar a morte. No capítulo V d' A interpretação dos sonhos, "Material e fonte dos sonhos", na seção "O sonho de morte de pessoas queridas" o autor afirma:

"Quem quer que fale assim terá deixado de levar em conta que a idéia infantil de estar "morto" pouco tem em comum com a nossa, a não ser por essa palavra. As crianças nada sabem dos horrores da decomposição que as pessoas adultas acham tão difícil de tolerar, como é provado por todos os mitos de uma vida futura. O medo da morte não tem nenhum sentido para uma criança; daí ela brincar com a palavra terrível e usá-la como ameaça contra algum coleguinha: "Se você fizer isso de novo, você vai morrer, como Franz!" Entrementes, a pobre mãe estremece e se lembra, talvez, de que a maior parte da raça humana não consegue sobreviver aos anos da infância. Foi efetivamente possível a um menino, que tinha mais de oito anos nessa época, dizer a sua mãe, ao voltar de uma visita ao Museu de História Natural: "Gosto tanto de você, Mamãe! Quando você morrer, vou mandar empalhá-la neste quarto, para poder ver você o tempo todo". Como é pequena a semelhança entre a idéia que uma criança faz da morte e a nossa!" (Freud, 1900, p. 281)

Freud não menciona o luto na criança, a não ser para dizer que as mortes sofridas na infância, em particular as de irmãos e irmãs de pequenos, têm "uma importância determinante para as futuras neuroses" (1900, p.220 nota de rodapé). Sabe-se que na ocasião ele estava se referindo a si mesmo, pois havia perdido um irmão, Julius, quando tinha dez anos. Essas mortes, diz ele, deixam não apenas germes de remorsos, traço consciente dos desejos hostis dos quais a criança vinda depois foi objeto, mas formam a base das futuras

neuroses, qualquer que seja a atitude consciente adotada na família em tais circunstâncias.

O luto é uma das vias mais importantes de aproximação da relação da criança com a morte. Quer se trate de si mesmo ou de um outro, é sempre de uma parte de si mesma que a criança tem de fazer o luto.

A partir das considerações dos autores citados acima, pode-se pensar que entre quatro e sete meses de idade, aproximadamente, a criança sente pesar e fica enlutada por ocasião de uma perda ou separação de uma figura significativa. Embora sua capacidade simbólica seja limitada, haveria já o desenvolvimento primitivo de processos psíquicos de elaboração. No entanto, comparar este incremento de recursos emocionais da criança desta idade com a capacidade elaborativa do adulto seria arriscado uma vez que entende-se que psiquismo infantil está em formação e dessa forma apresentaria maior fragilidade que o de um adulto.

A criança é um ser em processo de constituição de sua identidade e integração egóica. Segundo Freud (1921) o aparelho psíquico se constitui pelas identificações do sujeito com os objetos que a eles são significativos ao longo de sua história. A constituição da identidade do sujeito se dá na sua relação com as figuras parentais, especialmente nos primeiros anos de vida. A perda de um desses objetos de identificação pode acarretar dificuldades no processo de maturação psíquica do sujeito.

Se a criança perde um de seus modelos identificatórios surge como questão a capacidade da criança de manter o processo identificatório sem a presença desses modelos, e se o trabalho do luto pode ser realizado uma vez que este implica na identificação com o objeto perdido e a criança já está realizando um processo de identificação com as figuras cuidadoras perdidas.

Para responder a estes questionamentos Mazorra (2001) afirma que crianças que perdem um, ou ambos os pais tendem a ficar abaladas de uma forma bastante particular. Levando em consideração que a criança é um psiquismo

em formação, as figuras identificatórias funcionam como suporte narcísico e sustentador de seus movimentos pulsionais. Nesta lógica a perda deste objeto sustentador pode corroborar na construção de poderosos mecanismos de defesa para de alguma forma garantir um mínimo de integração psíquica deste ego imaturo e não autônomo. A angústia decorrente dessa perda é intolerável para um ego que não possui autonomia de suas figuras identificatórias e dessa forma os mecanismos de cisão e negação são acionados em uma tentativa de garantir a sobrevivência psíquica.

Toda criança apresenta dificuldade para elaborar a perda de um objeto de afeto, independentemente se já estabeleceram ou não a posição depressiva. Isto porque o psiquismo em desenvolvimento necessita de pessoas que garantam o atendimento de suas necessidades físicas e emocionais. (Scalozub, 1998)

Segundo Scalozub (1998) o trabalho de luto infantil não é contínuo. Isto porque a elaboração da perda se dará ao longo de todo processo de maturação. De acordo com o autor a criança possui maior dificuldade cognitiva e emocional para elaborar a perda de um objeto de afeto, dessa forma esta elaboração se dará de acordo com a capacidade da criança de elaborar a mesma. Nesta lógica o processo do luto pode ser reativado várias vezes na vida do sujeito, toda vez que este encontrar ressonância com conflitos do futuro desenvolvimento. Esta condição não pode ser considerada patológica pois segundo o autor qualquer trauma da infância só pode ser resolvido quando esta possui ferramentas psíquicas para tal.

Em uma tentativa de padronizar o processo de luto infantil Bowlby (1960) desenvolve três fases que constituiriam o luto infantil, a partir de observações de crianças afastadas de suas mães e deixadas com estranhos. A primeira fase seria o entorpecimento da criança pela perda. A segunda fase seria o protesto, onde a criança revela sua ansiedade pela separação e o choro tem função de tentar rever a pessoa amada. A terceira fase seria o desespero. Neste momento o choro diminui e a criança se torna introspectiva e apática, apesar de ainda existir o anseio pelo retorno da pessoa amada a criança

possui poucas esperanças de que isto aconteça. A quarta fase seria a do desapego da figura de amor.

Estas reações da criança frente à perda descritas por Bowlby (1960) podem ser analisadas segundo a teoria de Winnicott do espaço potencial. Segundo o autor a elaboração do luto se dá em uma terceira área de experiência, nesta área a criança pode experienciar a perda de uma forma que seja possível a seu psiquismo manter-se integrado. Na tentativa de construção de uma síntese no processo dialético entre fantasia e a nova forma como o ambiente se apresenta é previsível que a criança varie entre momentos de supremacia da fantasia ou da realidade.

Logo após a perda, a criança é inundada pelas informações da realidade compartilhada de que seu objeto de afeto não está presente. Em uma tentativa de manter a integridade psíquica é esperado que a criança apele para a fantasia, como forma de suportar a angustia ocasionada pela perda do objeto. Este momento de supremacia da fantasia não pode ser considerado uma patologia uma vez que a fantasia não possui um fim em si mesmo, mas sim possui a função de experienciar a perda sem perder. Neste processo de luto é esperado que a criança aos poucos retorne ao pólo da realidade compartilhada, não que este tenha sido abandonado completamente, e consiga elaborar uma síntese que naquele momento do processo maturacional permita a continuidade de seu desenvolvimento psíquico. Como já foi descrito é possível que posteriormente esta perda seja reativada e que o psiquismo necessite elaborar uma nova síntese que contemple as evoluções psíquicas decorrentes do processo de desenvolvimento psíquico.

Nesta lógica pode-se entender que a fantasia é de extrema importância para a elaboração do luto infantil. A fantasia é a representante da pulsão, é a partir dela que a pulsão se organiza e é através dela que é atribuída a pulsão afeto e significado. A fantasia caracteriza a satisfação de um desejo insatisfeito ou ainda a correção de uma realidade não satisfatória, como acontece nas experiências de luto. (LAPLANCHE e PONTALIS, 2004)

A constatação da importância da fantasia no processo de elaboração do luto infantil é compartilhada por Mazorra (2001) que em sua dissertação de mestrado conclui que as fantasias relacionadas a perda de um objeto de afeto são fundamentais na forma como a criança elaborará seu luto. Segundo a autora é através da fantasia que se torna possível conhecer a dinâmica do luto infantil tendo-se em conta os sentimentos, reações e sintomas que este processo envolve. Os sintomas presentes no processo de luto consistem em uma forma de expressão simbólica de construção das fantasias.

Frente à importância da fantasia no processo de elaboração da perda fica evidente a importância de um ambiente que possibilite à criança experiências na terceira área. Ou seja, uma criança que possua como parte de seu psiquismo um repertório de experiências fantasmáticas rico possui maiores recursos para a elaboração da perda de um objeto de amor.

O luto infantil se dá por intermédio dos fenômenos transicionais. É através da experiência na terceira área que a criança será capaz de elaborar a perda de seu objeto de amor. Na tentativa de mudar a realidade não satisfatória a criança criará uma série de fantasias para explicar a constatação da nova realidade. No entanto, a realidade compartilhada não é abandonada, a criança psicologicamente integrada e sustentada por um ambiente suficientemente bom não cindirá, e a coexistência de suas fantasias e da constatação da realidade compartilhada só será possível na terceira área.

O objeto transicional é fundamental nesse processo. Caracterizado como um objeto que representa a totalidade dos componentes da maternagem, o objeto transicional, no processo de elaboração do luto, poderá ser a ferramenta que possibilite a integridade psíquica frente a uma angústia tão desintegradora como a angústia referente à perda de um objeto de amor. Como representante da primeira possessão não eu da criança, o objeto transicional permite também uma espécie de regressão da criança à uma etapa anterior de seu processo de desenvolvimento onde esta possui recursos para lidar com a perda.

O objeto transicional é uma criação da criança e, dessa forma, está totalmente submetida aos desejos da mesma. Em um processo de elaboração da perda de um objeto que autonomamente foi embora sem a “permissão” da criança é possível afirmar que o um objeto criado pela criança e transformado pela mesma será de extrema importância para que através da experimentação intermediária a criança consiga suportar e elaborar a angústia da separação.

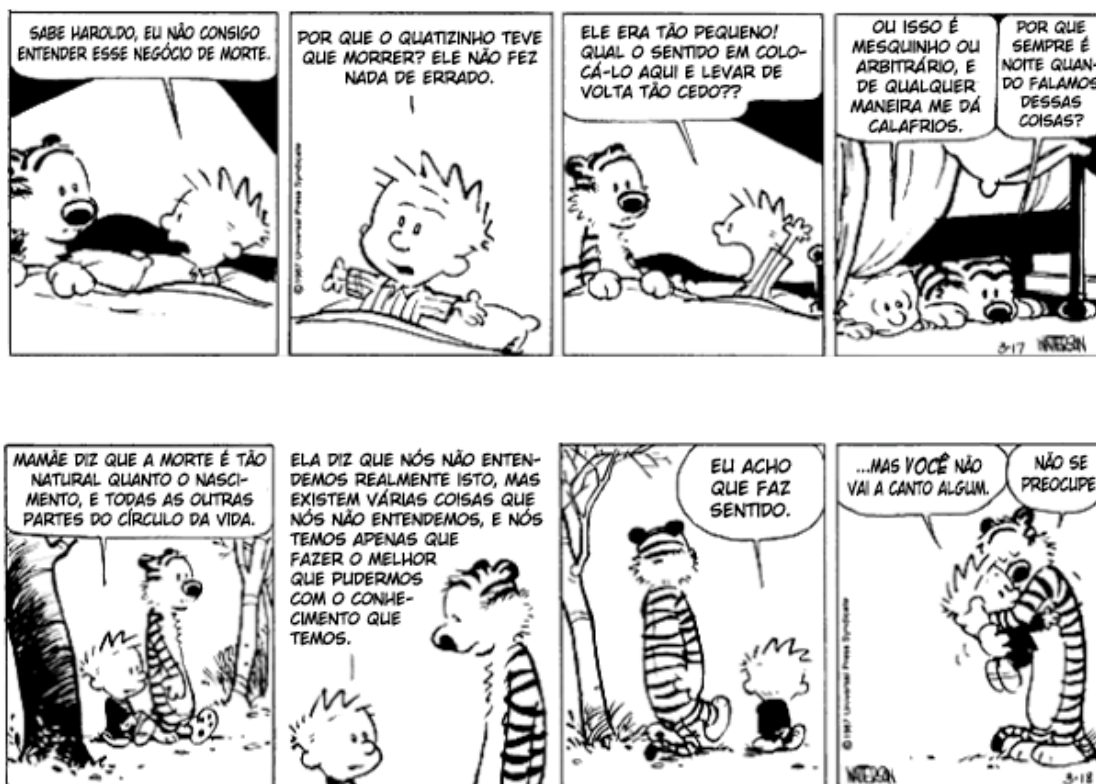
Também é um objeto que permite a expressão das fantasias destrutivas da criança sem que ele realmente se destrua. Em um processo de elaboração da perda é comum a presença de fantasias de abandono e como consequência o sentimento de raiva da criança por ter sido abandonada. Através do objeto transicional a criança pode experimentar o contato com todas as suas fantasias sem que o objeto seja aniquilado.

4.4 O luto infantil em uma produção cultural

Para ilustrar o processo de elaboração do luto através da terceira área, utilizarei uma produção cultural de Bill Waterson. Através da história em quadrinhos “Calvin & Haroldo”, Waterson consegue exemplificar com delicadeza a dificuldade da criança frente a morte, a angustia trazida pela mesma e a importância da família como suporte psíquico nesse momento.







Na história em quadrinhos escrita por Watterson, Calvin e Haroldo são grandes companheiros de aventura. Para a criança seu tigre de pelúcia não é apenas um brinquedo, mas sim um companheiro de vida, um amigo que algumas vezes o protege e outras o coloca em encrencas, mas principalmente, alguém que o ajuda a enfrentar os perigos que a noite traz, como monstros no armário e embaixo da cama.

Haroldo é desenhado de duas formas distintas nas histórias. Algumas vezes ele é ilustrado como grande e cheio de vida, como Calvin o vê, e outras ele é um pequeno tigre de pelúcia, como é visto na realidade compartilhada. Pode-se afirmar que Haroldo é o objeto transicional criado por Calvin. Nas aventuras de “Calvin e Haroldo” é possível perceber que o menino utiliza seu bichinho de pelúcia em uma zona de experimentação intermediária.

Na história acima apresentada Calvin e Haroldo se deparam com a morte, e precisam então, achar uma forma de entender essa experiência e toda angustia que esta despertou. Na primeira tirinha Calvin se depara com um quati muito machucado e é interessante notar que é atribuída a Haroldo a

tarefa de questionar uma possível morte do animal. Pode-se levantar a hipótese que a criança já possua um conceito de morte minimamente interiorizado, e esse conceito é terrorífico para a mesma, uma vez que somente seu companheiro de experiência pode pensar nela.

Assim que a possibilidade de morte do animalzinho é anunciada Calvin corre para seus pais para que estes concentrem as coisas. Os pais parecem ser para esse menino uma representação de um ambiente seguro e potente capaz de livrá-lo da experiência da morte e concertar aquilo que está muito “estragado”.

Na segunda tirinha a mãe de Calvin responde prontamente a necessidade de seu filho, confirmando ao mesmo esse ambiente seguro. Ela responde também a essa figura reparadora projetada pela criança, assumindo todos os cuidados para tentar salvar o animal machucado. É relevante ressaltar que neste momento a mãe parece bastante angustiada pela experiência que o filho possivelmente passará pois consegue perceber a gravidade da situação. Como já foi descrito o adulto é referência para a criança e é quem confirma a materialidade de seus pensamentos, em uma experiência como essa, o adulto precisa se deparar com seus próprios temores diante da morte e ainda assim ser continente para essa criança que tão precocemente vivencia a concretude e a irreversibilidade do morrer. A mãe de Calvin chega a conversar com Haroldo, o bichinho de pelúcia, evidenciando sua tensão.

A partir dos cuidados da mãe Calvin também revela esforços para tentar salvar o quati. É muito interessante como na quarta tirinha a criança explicita seu desejo de não passar por aquela situação pois ele sabe como será difícil lidar com todos os sentimentos que a morte acarreta. Outro ponto relevante é a atribuição do mesmo sentimento para Haroldo: o menino atribui a seu objeto transicional o mesmo sentimento que o dele a fim de dividir a carga que este acarreta.

Na quinta tirinha a noite se evidencia e com ela os medos tomam proporções maiores. Com toda a agitação psíquica ocasionado pelo vivido, Calvin não

consegue dormir. Nesta lógica, pode-se pensar que dormir durante o processo de vivência de defrontação com a morte pela criança é mais angustiante, uma vez que o dormir, como já foi descrito, pode ser vivido como uma experiência de não existir, de não integração; e não existir temporariamente pode ser insuportável para um psiquismo que está em um trabalho intenso a fim de garantir a integração frente a uma experiência desintegradora.

No momento seguinte Calvin se depara com o até então temido, a morte do animalzinho. A notícia é dada pelo pai que tenta pelo discurso, e com o corpo amparar seu filho. O contato físico é importante para a criança em uma situação de crise como essa. Esse contato parece garantir na concretude o apoio egóico que a criança precisa do ambiente para atravessar esse momento de agitação psíquica. Calvin consegue demonstrar sua insatisfação frente a situação, mas em seguida já inicia algum tipo de elaboração ao afirmar que o animalzinho morto continua dentro dele. Na tirinha seguinte fica mais evidente essa tentativa de elaboração. O menino vai com seu objeto transicional até o local onde o quati foi enterrado, e ali junto de seu companheiro, parece tentar entender tudo o que aconteceu narrando sua experiência e podendo se revoltar e odiar a forma como a vida se organiza. Os sentimentos destrutivos frente a situação são permitidos na experiência com seu objeto transicional.

Na oitava tirinha mais uma vez a noite parece potencializar a angustia. A solidão e os mistérios trazidos pela escuridão enfatizam todas as angustias conseqüentes da experiência de defrontação com a finitude. Na tentativa ainda de elaborar o vivido o menino continua seus questionamentos, e se dá conta da proximidade da experiência; apesar de ser um animalzinho Calvin se identifica pelo tamanho e pela condição de criança e assim, ele se depara com a possibilidade da própria morte. Esta constatação é tão terrorífica que o menino precisa se esconder em baixo da cama e dividir com seu objeto parte desse medo.

Finalmente na última tirinha Watterson sintetiza a importância do objeto transicional para uma criança, principalmente diante de situações tão angustiantes como a morte. Calvin já em um processo de elaboração mais internalizado consegue através da certeza da presença e constância de seu objeto transicional garantir sua integração psíquica e finalizar, pelo menos nessa etapa do processo maturacional, a elaboração do vivido até aqui.

5. Conclusão

Buscou-se investigar nesse trabalho o que a psicanálise tem a contribuir para o entendimento do luto infantil. Há hipótese principal era que uma teoria que se propõe a estudar a constituição do sujeito e que enfatiza a importância das experiências vividas durante a infância possui muito a contribuir para o entendimento de como a criança entende a morte e como ela elabora a perda de seus objetos de amor.

A revisão da literatura permitiu entender como o luto foi se constituindo como um conceito importante para a psicanálise. Para Freud o luto é um trabalho egóico de identificação, descatexização do objeto como se apresentava e recatexização do mesmo objeto porém transformando sua relação interna. Ainda que aconteça a descatexização com o objeto externo perdido, a relação com o objeto interno não é abandonada, é transformada.

Klein acrescenta a precocidade que o sujeito vivencia o luto e a importância desse processo para a constituição do sujeito. A partir de suas contribuições é possível afirmar que a criança é capaz de entender a morte precocemente e que as experiências de perda podem acelerar essa compreensão. É também a partir das postulações de Melanie Klein que pode-se afirmar que a criança é capaz de elaborar a perda do objeto uma vez que estabeleça uma percepção egóica com esse objeto e assim uma capacidade para estabelecer relações objetais.

A partir das contribuições de Winnicott e de autores que o acrescentam, como Ogden pode-se entender que o processo de elaboração do luto na infância acontece não acontece exclusivamente na área interna ou externa do sujeito. A elaboração da perda do objeto de amor se dá na área de experimentação entre realidade e fantasia. É a partir do espaço potencial que a criança poderá elaborar tudo o que a perda do objeto desencadeia psiquicamente. Fator importante desta elaboração é o objeto transicional, é através dele que a criança poderá significar suas angústias e fantasias a respeito da perda e do morrer. A utilização deste objeto pela criança é tão

importante e evidente que foi possível encontrar uma produção cultural que ilustrasse todo esse processo de elaboração do luto infantil através do espaço potencial.

Finalmente pode-se afirmar que a criança é capaz de enlutar-se e que o ambiente que a circunda é fundamental para o sucesso desse processo. Um ambiente suficientemente bom dará sustentação e integração psíquica à criança ao mesmo tempo que permitirá e potencializará as ações espontâneas e criativas dela para que seja possível a elaboração do luto.

A partir destas contribuições para entender o luto infantil é possível questionar como então se caracteriza e se constitui a clínica do luto infantil. Como um terapeuta pode contribuir com uma criança quando esta chega a seu consultório pois perdeu alguém importante e provavelmente os pais temem não dar conta ou realmente não dão? Pode-se pensar que este trabalho sugere algumas contribuições como a função de ambiente que o terapeuta possui mas pesquisas futuras tem muito a discutir sobre esse assunto.

Referências Bibliográficas

ABERASTURY, A., *A percepção da morte na criança e outros escritos*. Porto Alegre: Artes Médicas, (1973) 1984.

ABERASTURY, A., *Psicanálise da criança: teoria e técnica*. Porto Alegre: Artes Médicas, (1973) 1992.

ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BARONE, K. C., *Realidade e luto: um estudo da transicionalidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BOWLBY, J., Grief and mourning in infancy and early childhood, *Psychoanal. Study. Child*, 15: 9-52, 1960.

BROMBERG, M. H. P. F. *A psicoterapia em situações de perda e luto*. Campinas: Livro Pleno, 2000.

BROMBERG, M. H. P. F., *Vida e Morte: Laços da Existência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

CASSORLA, R.M.S., *O que é suicídio?*. São Paulo, Brasiliense, 2002.

FREUD, S., Luto e melancolia, in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Imago, 1917 (1996).

FREUD, S. Escritores criativos e devaneio, in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Imago, 1908 (1996).

FREUD, S., O ego e o id, in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Imago, 1923 (1996).

FREUD, S., Material e fonte dos sonhos in *A Interpretação dos Sonhos*, Rio de Janeiro, Imago, 1900 (1996).

FREUD, S., Psicologia de grupo e análise do ego, in *Obras Completas*, Rio de Janeiro, Imago, 1921 (1996).

GESELL, A.; ILG, F. L.; AMES, L. B., El adolescente de 10 a 16 años, Buenos Aires (1981) 2002 in www.scielo.com, acessado dia 30 de abril de 2008.

KOVÁCS, M. J., *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

KLEIN, M., O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos, in *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*, Rio de Janeiro, Imago, 1940 (1996).

KLEIN, M., Uma contribuição à psicogênese dos estados maniaco-depressivos, in *Amor, culpa e reparação e outros trabalho*, Rio de Janeiro Imago, 1940 (1996).

KLEIN, M., *Contribuições à psicanálise*, São Paulo, Mestre Jou, 1970.

KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, *Vocabulário da Psicanálise*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

MAURER, A., Maturation of concepts of death. BR. J. Med. Psychol., 39: 35-41, 1996.

MAZORRA, L., A criança e o luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor, São Paulo, dissertação de mestrado, PUC-SP, 2001

MAZORRA, L. *O luto na infância*. In: MAZORRA, L.; TINOCO, V., Luto na Infância: Intervenções Psicológicas em Diferentes Contextos. Campinas: Livro Pleno, 2005.

MELTZER, D., *Death: An anthology of ancient texts, songs, prayers and stories*. San Francisco, North Point Press, 1984.

MORIN, E., *O Homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

MORIN, E. *O Enigma do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

NADEAU, J.W., Meaning-making in bereaved families: assessment, intervention, and future research in *Handbook of Bereavement Research and Practice: Advances in Theory and Intervention*, American Psychological Association, 2008.

OGDEN, T., On potencial space in *IN one's bonés: the clinical genius of Winnicott*, London: Jason Aronson, 1993.

OGDEN, T., *Os sujeitos da psicanálise*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

OGDEN, T., Borges and the art of mourning in *Conversations at the frontier of dreaming*, London: Jason Aronson, 2000.

PARKES, C. M., *Luto: estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus, 1998.

PHILLIPS, A., Winnicott. Aparecida, SP: Idéias & Letras, (1988), 2006.

SCALOZUB, L.T., El duelo y la niñez. Mas allá de las fronteras del psicoanálisis, *Revista de la Asociación de Buenos Aires*, Abordages en Psicoanálisis de niños, 20: 367-383, 1998.

SPITZ, R.A., *O primeiro ano de vida*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TORRES, W. C., *A criança diante da morte – Desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

TORRES, W. C., A criança diante da morte in www.scielo.com acessado dia 14 de maio de 2008.

WATTERSON, B. O quatizinho e a morte in *Calvin e Haroldo*, Campinas: Cedibra, 1989.

WINNICOTT, D.W., A Psicologia da Separação in *Privação e Delinquência*, São Paulo, Martins Fontes, 1994.

WINNICOTT, D.W., Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos in *O ambiente e os processos de maturação*, Porto Alegre: Artmed, (1963), 2008.

WINNICOTT, D.W., O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil in *O brincar e a realidade*, Rio de Janeiro: Imago, (1971) 2000.

WINNICOTT, D.W., Desenvolvimento emocional primitivo in *Da pediatria a psicanálise*, Rio de Janeiro: Imago, (1945) 2000.

WINNICOTT, D.W., O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento indivíduo dentro da família in *Explorações psicanalíticas D.W. Winnicott*, Porto Alegre: Artmed, (1965) 2007.

WINNICOTT, D.W., Objetos transicionais e fenômenos transicionais in *O brincar e a realidade*, Rio de Janeiro: Imago, (1951) 2000.

WINNICOTT, D.W., Adendo a A Localização da Experiência cultural in *Explorações psicanalíticas D.W. Winnicott*, Porto Alegre: Artmed, (1967) 2007.

WINNICOTT, D.W., *A criança e o seu mundo*, Rio de Janeiro: LTC, (1964) 2001.

WINNICOTT, D.W., *Natureza Humana*, Rio de Janeiro: Imago (1988), 1990.